FORUM
DE MONITORIA
DO ORÇAMENTO

Maputo, 21 de Março, 2024 | Português | fmo.org.mz

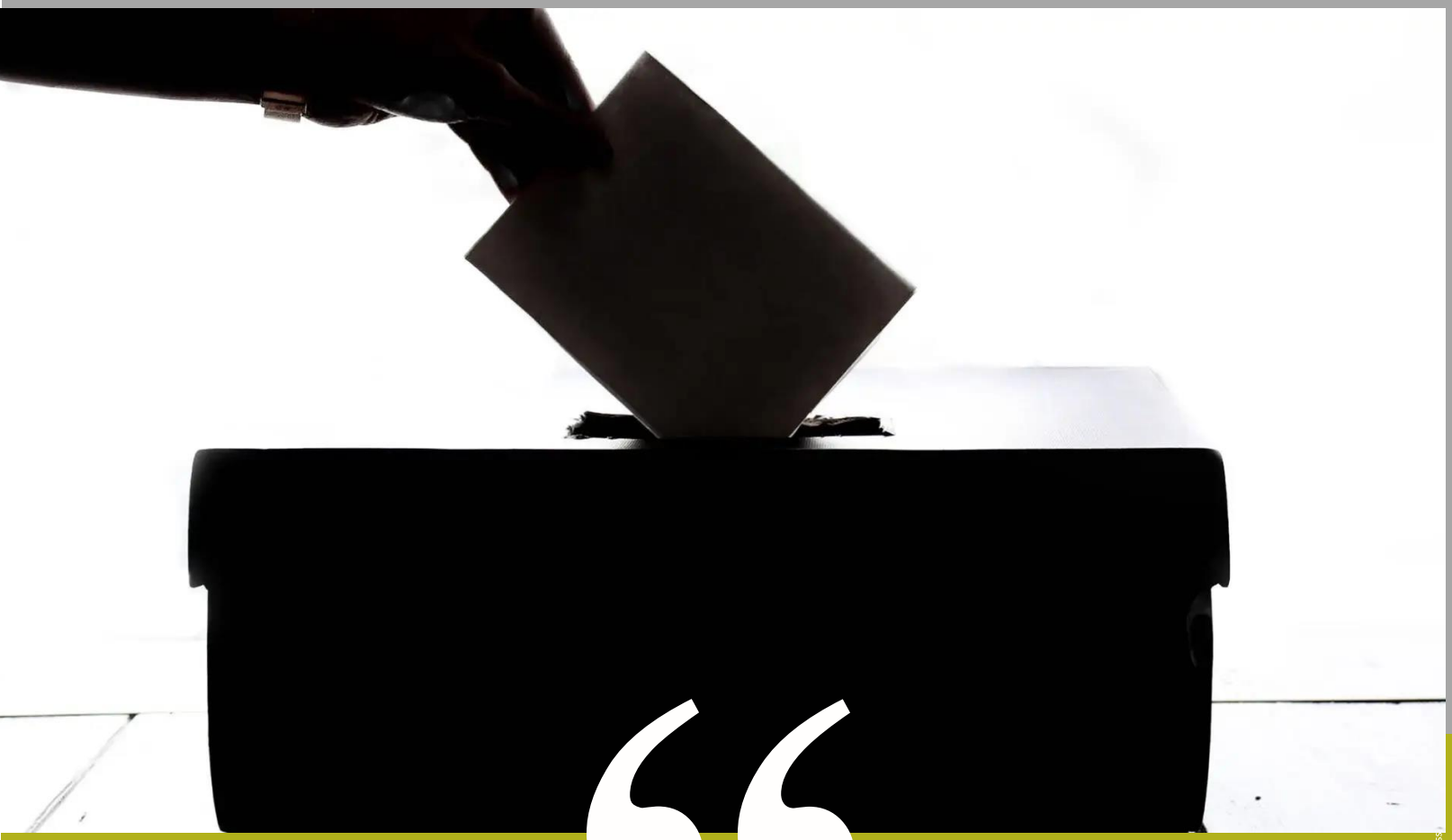
QUARTO DEBATE DA SÉRIE SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS

Processo eleitoral em Moçambique é muito oneroso e serve de "*saco azul*" para os partidos políticos

No dia 14 de Março de 2024, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) conduziu o quarto webinar da série sobre finanças públicas. Com o título "Dinâmicas da transparência do financiamento eleitoral e seu impacto nas finanças públicas", o evento ocorreu num momento crítico, precedendo as eleições gerais em Moçambique em sete meses.

O debate sobre o financiamento das eleições de 2024 é particularmente relevante devido às actuais pressões sobre a despesa pública e às dificuldades na geração de receitas internas. Isso somado à expectativa de redução do financiamento externo e à dificuldade de obter doações.

O webinar visou contextualizar e discutir as dinâmicas da transparência do financiamento eleitoral e como estas podem afectar as finanças públicas do país, num período em que decisões políticas são frequentemente influenciadas pelo cenário eleitoral. O presente texto é um resumo que destaca as principais conclusões e inferências resultantes do evento, cuja gravação encontra-se nas páginas digitais do FMO.



Credits: WorldCompliance.org

A lei do direito à informação, lei número 34/2014 de 31 de Dezembro, prevê o princípio da proatividade na disponibilização de informação de interesse público. Inclusive, permite a partilha de certo tipo de informação que, através de uma interpretação sistemática, também abrange informação relacionada ao financiamento eleitoral.

Ericino de Salema *(moderador do debate)*

Processo eleitoral em Moçambique está politizado para o benefício dos partidos políticos – *Joseph Hanlon*

Hanlon observa que Moçambique foi encorajado a adotar uma máquina eleitoral politizada e não neutra. Isto significa 50 mil pessoas nomeadas pelos partidos a todos os níveis do sistema eleitoral. O orador sublinha que o voluntarismo foi considerado parte dos maus velhos tempos do socialismo e que, no mercado livre, todas as tarefas devem ser pagas, e como resultado mais de 50 mil trabalhadores do partido são pagos. Os doadores estavam dispostos a investir recursos para eleições, e pagar a todas estas pessoas. Agora, o apoio dos doadores diminuiu, deixando para trás uma infra-estrutura custosa e politizada que agora deverá ser mantida internamente.

Hanlon propõe simplificar processos e cortar gastos desnecessários. "Existem muitos membros nos partidos, e cada mesa de voto conta com um representante de cada partido. Além disso, o partido tem representantes na Comissão Nacional de Eleições (CNE) e no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que recebem salários altos. Um sistema politizado acarreta custos elevados" avançou.

Também lançou-se a luz sobre a falta de prestação de contas no processo eleitoral. Apesar de receberem financiamento, os partidos nunca prestaram contas. Essa falta de transparência gera uma lacuna que persiste há décadas, transformando o processo num "saco azul" para os partidos políticos.

Para Hanlon, a transparência é o primeiro passo essencial para qualquer mudança significativa. Ele ressalta que muitas das decisões cruciais no sistema eleitoral moçambicano são tomadas em segredo, sem documentação acessível ao público ou disponível em qualquer website oficial. Isso inclui mudanças nos resultados eleitorais, alocação de orçamento e até a escolha de fornecedores para equipamentos eleitorais.

Hanlon contrasta a politização do sistema eleitoral moçambicano com a África do Sul, onde a gestão eleitoral é neutra e transparente, com processos que envolvem o público e garantem acesso à informação. Ele enfatiza a necessidade premente de Moçambique adoptar um nível total de transparência em seu sistema eleitoral, tomando como exemplo os aspectos positivos do modelo que envolve a gestão eleitoral independentee a participação do público em todos os procedimentos.

Tribunal administrativo deve monitorar e emitir relatório e parecer sobre o uso dos fundos eleitorais – *Jorge Matine*

Jorge Matine, em sua análise sobre a transparência do financiamento eleitoral em Moçambique, concorda com a caracterização de um "*saco azul*". Ele refere o termo como uma prática comum onde entidades ou indivíduos com poder político, ou público podem utilizar dinheiro do Estado sem prestar contas, perpetuando assim um ciclo de opacidade e falta de responsabilidade.

Matine expressa sua preocupação com o facto de que essa prática tem sido recorrente, e ademais aceite e tolerada, o que revela uma espécie de acordo entre a classe política sobre como se financiar sem a devida prestação de contas.

Embora seja essencial que o Tribunal Administrativo exerça seu papel de fiscalização do dinheiro público, elas falham por não incluir a auditoria do financiamento político em seus relatórios. Matine também lamenta o facto de nunca termos acompanhado alguma interpelação no parlamento, no âmbito do relatório e parecer do TA, ou em outros fóruns sobre o porque da omissão dos gastos eleitorais.

Em relação à sociedade civil, enfatiza a importância da educação cívica e da participação activa dos cidadãos na interpretação e no questionamento do financiamento político. Ele destaca a necessidade de maior literacia sobre o funcionamento dos partidos políticos e a forma como são financiados, bem como a importância de acções como petições e demandas por informações para garantir maior transparência e responsabilidade.

Além disso, Matine propõe que tanto a CNE quanto o STAE e os próprios partidos políticos sejam submetidos a auditorias regulares, a fim de garantir que o dinheiro público seja utilizado de maneira ética e eficiente. Uma das questões mais urgentes levantadas por Matine é a falta de clareza sobre quem é responsável por garantir a prestação de contas adequada. Ele destaca a necessidade de definir claramente os papéis e responsabilidades desses intervenientes, a fim de evitar lacunas que possam levar à desconfiança pública.

O que podemos apreender de Angola e África do Sul? – *José Gama*

Desde o advento das eleições em Angola em 1992, o cenário político testemunhou um tumulto considerável, caracterizado pela proliferação de partidos políticos. Esse período viu a emergência de aproximadamente 180 partidos, um número que reflectia não apenas um desejo genuíno de representação política, mas também uma busca oportunista por subsídios estatais. Muitos desses partidos foram criados não com base em ideologias claras ou compromissos com os eleitores, mas sim como veículos para aceder a recursos do governo.

Essa situação levou as autoridades de Angola a intervirem, introduzindo uma cláusula na legislação partidária que estabelecia a extinção automática de qualquer partido que não obtivesse pelo menos 0,45% dos votos em eleições consecutivas. Essa medida visava reduzir a fragmentação do sistema político, consolidando-o em torno das mais estáveis e representativas. Como resultado, o número de partidos foi significativamente reduzido, embora a questão da representação democrática genuína tenha permanecido uma preocupação.

No que diz respeito ao financiamento dos partidos políticos, Gama mencionou a existência de duas fontes principais. Primeiro, o financiamento regular, distribuído anualmente pelo Estado. Os partidos que possuem assentos parlamentares recebem uma quantia proporcional ao número de votos obtidos nas eleições anteriores, o que incentiva a competitividade e a representatividade eleitoral. Além disso, os partidos têm permissão para buscar apoio financeiro por meio de doações, subsídios estatais e angariações de fundos.

No entanto, segundo Gama a questão do financiamento externo tem sido motivo de preocupação, especialmente após as primeiras eleições de 1992. Naquela época, o político Jonas Savimbi, presidente da antiga guerrilha que acabara de se transformar em partido político, havia acumulado riqueza por meio da exploração de diamantes em Angola. As autoridades receavam que seu partido pudesse vir a receber mais ajudas financeiras do estrangeiro. Em resposta, as autoridades angolanas limitaram o financiamento externo de partidos políticos, embora alguns contornem essa limitação por meio de acordos indirectos.

Durante os períodos eleitorais, o Estado de Angola concede uma subvenção a todos os partidos que participam das eleições, com a condição de que prestem contas ao Tribunal Constitucional. Entretanto, critica-se a composição do

Tribunal Constitucional em Angola, onde parte dos juízes é nomeada pelo partido no poder, o que pode comprometer a imparcialidade das decisões relacionadas às eleições.

Em contraste com Angola, a África do Sul adoptou medidas mais rigorosas para promover a transparência no financiamento político. Na África do Sul, como uma medida para evitar abusos por parte de partidos políticos mais poderosos e para promover a transparência no financiamento político, foi promulgada uma lei em 2021. Essa legislação obriga todos os partidos a divulgarem suas contas financeiras, bem como qualquer doação que ultrapasse o valor de trezentos e quarenta mil meticais. Essas informações devem ser publicadas no site da Comissão Nacional Eleitoral, garantindo o acesso público dos dados. Se for constatado que uma doação excede o limite estabelecido, o partido é obrigado a declarar essa doação. Caso contrário, o dinheiro pode ser bloqueado.

A justificativa para essa medida é que os eleitores têm o direito de conhecer a vida política e orçamental dos partidos para os quais estão votando. Eles têm o direito de saber quem financia esses partidos, o que influencia directamente suas decisões políticas e agendas.

Essa abordagem contrasta com a situação em Angola onde a prestação de contas é limitada ao que o estado oferece, com pouca ou nenhuma justificação sobre as doações recebidas. Isso cria um desequilíbrio e perpetua a opacidade no processo político do país.

“Estamos a sacrificar as gerações futuras a custo do financiamento eleitoral!” - *Constantino Marrengula*

Marrengula ressalta que, embora as eleições sejam uma necessidade democrática regular, o método pelo qual as financiamos é problemático. Ele observa que muitas vezes recorremos a doadores externos e/ou nos endividamos para custear esse processo, o que acarreta consequências a longo prazo devido aos encargos da dívida.

O aspecto mais preocupante dessa abordagem é a implicação de que comprometemos não apenas o presente, mas também as futuras das gerações. Ao priorizar o financiamento eleitoral sobre investimentos fundamentais em educação e saúde, sacrificam-se oportunidades de desenvolvimento sustentável e progresso social. Para lidar com esse problema é necessário racionalizar os gastos associados às eleições, e a melhoria da

transparência e integridade em todo o processo eleitoral, pode levar a cortes significativos nos custos.

Também existe o financiamento privado as eleições, que necessita de uma análise detalhada, pois frequentemente acarreta despesas fiscais significativas no futuro, muitas vezes em troca de favores políticos. Esta prática suscita preocupações acerca da influência indevida privada sobre políticos eleitos. Neste contexto, Marrengula considera essencial examinar o quadro de benefícios fiscais concedidos e as motivações políticas subjacentes.

Em relação aos gastos, Marrengula menciona a falta de clareza sobre a linha de subsídios eleitorais. Ele destaca a importância de investigar e compreender completamente esses gastos, incluindo despesas como combustível e aluguer de transporte, a fim de identificar áreas onde os custos podem ser reduzidos.

Além disso, o orador crítica a classificação equivocada das despesas eleitorais como investimento, quando, na verdade, são custos de consumo. Há um impacto negativo dessa distorção, especialmente quando comparado aos investimentos em sectores vitais como educação e saúde. Em última análise, existe a necessidade de se repensar nosso modelo de financiamento eleitoral e a priorizar o bem-estar de nossa nação sobre interesses políticos de curto prazo.

Revisão do pacote eleitoral deve incluir medidas para transparência do financiamento eleitoral – *Benilde Nhalivilo*

Benilde Nhalivilo, Coordenadora do FMO, ressaltou o valor das discussões que ocorreram, bem como a importância de levar adiante a questão da transparência do financiamento eleitoral para influenciar positivamente o debate público sobre a revisão do pacote eleitoral, para garantir eleições mais justas e transparentes em Moçambique.

Benilde abordou as discussões do webinar dentro do contexto mais amplo da série de debates sobre finanças publicas em andamento, que após iniciar com a questão da dívida, agora expande para discussão holística dos desafios relacionados as receitas e despesas públicas.

O encerramento deste fórum marca o início de novos capítulos de diálogo, colaboração e acção no processo de revisão do pacote eleitoral em Moçambique.

Membros

CONTACTOS	
Autor: FMO **Endereço:** Rua Gil Vicente, Nr 52; Maputo, Moçambique; **Email:** rosc@rosc.org.mz; **Website:** www.fmo.org.mz ;	**Membros da coordenação:** ROSC – Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança OCS – Observatório de Cidadão para Saúde FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil NWETI – Comunicação para Saúde